

IMPOSTOS E FUTEBOL: AS LEIS DO JOGO

RESUMO

O futebol é um desporto com um forte impacto não só cultural, como também financeiro. Como tal, este trabalho visa aprofundar o conhecimento do regime jurídico subjacente a esta atividade, nomeadamente no que respeita ao tratamento jurídico dado a três sujeitos que consideramos essenciais nesta matéria: os praticantes desportivos, os empresários desportivos e as sociedades desportivas. Assim, o âmbito da presente dissertação encontra-se circunscrito àqueles entes e visa aprofundar o estudo acerca do regime jurídico de cada um, de modo a que se consiga proceder ao correto enquadramento tributário a que os mesmos se encontram sujeitos.

Para tal, a presente dissertação inicia-se através de um breve enquadramento histórico feito sobre o desenvolvimento do desporto, bem como do ordenamento jurídico desportivo. De seguida a dissertação encontra-se dividida em três partes, cada uma dedicada a cada entidade que nos propusemos a estudar. Cada parte é iniciada por uma breve contextualização, seguida de uma abordagem ao respetivo regime jurídico do sujeito em questão. Nessa análise é feita uma delimitação dos rendimentos que podem ser auferidos, seguida do enquadramento fiscal dos mesmos.

Palavras chave: entidades desportivas; tributação do rendimento; direito do desporto.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	5
DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE	7
RESUMO	9
ABSTRACT	11
LISTA DAS PRINCIPAIS ABREVIATURAS E SIGLAS	13
INTRODUÇÃO	15
1. Introdução do tema e delimitação do objeto de investigação	15
2. Motivos que subjazem à escolha do tema	17
3. Encadeamento da exposição	18
4. Metodologia de pesquisa adotada	18
CAPÍTULO I – O DESPORTO E O DESENVOLVIMENTO DO ORDENAMENTO JURÍDICO DESPORTIVO	21
1. O desenvolvimento histórico do desporto e do ordenamento jurídico desportivo	21
2. O ordenamento jurídico desportivo português	23
2.1. O direito do desporto	23
2.2. A evolução legislativa em torno do direito do desporto	24
2.3. Os primeiros passos dados na legislação fiscal	28
CAPÍTULO II – OS PRATICANTES DESPORTIVOS	31
1. Delimitação do conceito de praticante desportivo	31
2. O regime fiscal do praticante desportivo profissional – o caso dos jogadores de futebol	34

3.	Tipologia dos rendimentos auferidos pelo praticante desportivo e a conseqüente tributação dos mesmos	35
3.1.	Os rendimentos derivados do contrato de trabalho desportivo	36
3.1.1.	O contrato de trabalho desportivo	36
3.1.2.	Contrato de trabalho “comum” versus contrato de trabalho desportivo	37
3.1.3.	A retribuição	42
3.1.4.	A tributação dos rendimentos derivados do contrato de trabalho desportivo	46
3.1.4.1.	Deduções específicas	49
3.1.4.2.	Retenção na fonte	52
3.2.	Os rendimentos derivados da exploração do direito de imagem	53
3.2.1.	Os direitos de imagem	53
3.2.2.	Rendimentos derivados do direito de imagem	55
3.2.3.	A tributação dos rendimentos derivados da exploração do direito de imagem	58
4.	O regime da segurança social	64
5.	Regimes fiscais mais favoráveis para desportistas	67
5.1.	O regime dos ex-residentes	70
5.2.	O regime do residente não habitual	72
6.	Problema estrutural do regime fiscal desportivo	74
CAPÍTULO III – EMPRESÁRIOS DESPORTIVOS		79
1.	Evolução história da figura do empresário desportivo	79
1.1.	Evolução nos E.U.A.	79
1.2.	Evolução na Europa	80
2.	Noção e enquadramento jurídico da atividade do empresário desportivo	81
3.	Limites ao exercício da atividade de intermediação	84
4.	O contrato de intermediação/representação	88
4.1.	A qualificação jurídica do contrato de prestação de serviços prestados pelo empresário desportivo	90
4.1.1.	O contrato de agência	91
4.1.2.	O contrato de mediação	95
4.1.3.	O contrato de mandato	100
4.1.4.	Conclusão	107

4.2.	Requisitos formais do contrato de representação	111
5.	A remuneração	115
6.	Tributação decorrente da atividade dos empresários desportivos	118
6.1.	Tributação dos empresários que exercem a sua atividade como pessoa singular	119
6.1.1.	Tributação do empresário que exerce a sua atividade por conta própria	119
6.1.1.1.	Em sede de IRS	119
6.1.1.2.	Em sede de IVA	127
6.1.2.	Tributação dos empresários que exercem a sua atividade por conta de outrem	131
6.2.	Tributação dos rendimentos obtidos pelas empresas de gestão e intermediação desportivas	132
6.2.1.	Tributação em sede de IRC	133
6.2.2.	Regime simplificado de determinação da matéria coletável – breve consideração	138
6.2.3.	Tributação em sede de IVA (remissão)	139

CAPÍTULO IV – AS SOCIEDADES DESPORTIVAS E OS CLUBES DESPORTIVOS

0.	Nota introdutória	141
1.	Enquadramento histórico	143
2.	O regime jurídico das sociedades desportivas	145
2.1.	Referência ao regime jurídico-comercial	145
2.2.	O regime fiscal aplicável	148
2.2.1.	A Lei nº 103/97, de 25 de junho	148
2.2.2.	A tributação da cedência temporária de praticantes desportivos	151
2.2.3.	Cláusulas de rescisão	157
2.2.4.	A transferência de direitos económico-desportivos	159
2.2.5.	Da possibilidade de deduzir o IVA suportado	163
3.	Considerações em sede de IRC	166
3.1.	Dedução de encargos despendidos com empresário desportivo	166
3.2.	Os prémios de jogo	168

3.3. Penalizações desportivas	169
3.4. Tratamento dos direitos de imagem	170
3.5. Regime fiscal dos clubes desportivos	172
NOTAS CONCLUSIVAS	177
LISTA BIBLIOGRÁFICA FINAL	181
ÍNDICE	187